

PROCESSO TCE N° 13.828.2010-90
ENTIDADE: Câmara Municipal de Feijó-Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Feijó, referente ao exercício de 2009
RESPONSÁVEL: Cláudio Braga Leite
PROCURADORES: Lucas Vieira Carvalho (OAB/AC 3.456) e Alessandro Callil de Castro (OAB/AC 3.131)
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 10.172/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Feijó. Inconsistência contábil. Verba indenizatória. Omissão dívida na Fazenda Federal. Ausência do Inventário. Licitações sem os devidos procedimentos legais. Notificação. Recomendação. Irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, com fulcro no Art. 51, inciso III, alínea “b” de responsabilidade do Senhor **Claudio Braga Leite**, Presidente da Câmara, à época, considerando as seguintes irregularidades: **a)** Pagamento com formalidade indevida aos vereadores quanto às verbas indenizatórias; **b)** Inconsistências contábeis detectadas no Balanço Financeiro, na Demonstração das Variações Pagamento Patrimoniais e no Balanço Patrimonial devido correções feitas após o evento contábil, contrariando o princípio da contabilidade e ainda, desprovida de Nota Explicativa incapaz de superar às inconsistências apontadas; **c)** Omissão no registro da dívida previdenciária por vários exercícios no valor de R\$ 190.900,56, informações essas fornecidas (fls. 191 a 192) pela Receita Federal; **d)** Não envio da atualização do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis da Câmara, contrariando a Resolução nº 062/2008-TE/AC; **e)** Infrigência a Lei Federal nº 8.666/1993 por contratação direta de serviços acima do limite permitido na referida lei (fl.282) do Relatório Técnico; **f)** Notificação ao atual Presidente da mesa diretora

da Câmara Municipal de Feijó do julgado; g) Recomendação ao atual Presidente da mesa da Câmara Municipal de Feijó para corrigir e atualizar as irregularidades elencadas nas letras “b”, “c”, “d” e “e”, sob pena de responsabilidade legal em caso de descumprimento; h) Deixo de aplicar multa devido ter sido alcançado pelo instituto da prescrição quinquenal; i) Após, pelo o arquivamento dos autos.

Rio Branco-Acre, 16 de fevereiro de 2017

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**

Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

Mario Sérgio Neri de Oliveira

Procurador – Chefe do MPE/TCE/AC